



Índice

- 03 Textualidade e Enunciação
Eduardo Guimarães
- 06 Janelas da Cidade: Outdoors e Efeitos de Sentido
José Horta Nunes



Rua Caio Graco Prado, 70, Cidade Universitária Zeferino Vaz
CEP 13081-970, Campinas - SP, Fone/Fax:(019) 788.1102
Internet: <http://www.labeurb.unicamp.br>

Escritos

ESGOTADO

Ver e Dizer

No. 2

linguagem . cidade . política . sociedade



Laboratório de Estudos Urbanos
Nudecri

ESCRITOS 2

Publicação do
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
LABEURB - NUDECRI - UNICAMP



PROJETO TEMÁTICO
APOIO FAPESP

TEXTUALIDADE E ENUNCIÇÃO

Eduardo Guimarães*

O que é a textualidade? Começar por esta pergunta é de um lado colocar a questão do texto, mas é, também, colocar em cheque a noção de texto, em proveito da de textualidade. É de um certo modo tomar a segmentalidade do texto como derivada, secundária relativamente à textualidade.

Responder a esta pergunta exige uma tomada de posição no campo dos estudos da linguagem que considera que os fatos de linguagem não podem ser reduzidos aos enunciados, às frases. E esta tomada de posição pode se dar de modos bastante diferentes. Podemos lembrar, para reportarmos-nos a formulações que operam na linguística brasileira, a posição de Greimas, a partir de quem poderíamos dizer que a textualidade seria caracterizada pela isotopia (Greimas, 1966), bem como a de Halliday e Hasan (1973), a partir de quem a textualidade seria caracterizada pela coesão e pela consistência de registro. Estas posições já tomariam a textualidade como uma questão semântica, num certo sentido, e não meramente formal.

Mas tanto uma quanto outra posição têm para mim um inconveniente. Em ambas a noção de textualidade, que aí podemos constituir, leva a uma consideração de homogeneidade como fato a ser descrito.

Do meu ponto de vista, e retomo aqui o que disse em "Texto e Enunciação", a textualidade "diz respeito à posição-autor¹". Esta posição-autor assume como sua as palavras que de direito são do interdiscurso. E a condição para assumi-las é que elas se dão ao autor no acontecimento, que se mostra como singular, esquecendo o que de memória constrói o acontecimento, e portanto o *texto*. Esta é a operação enunciativa fundamental para a textualidade: construir como unidade o que é disperso; produzir a ilusão de um presente sem memória. E por isso o *texto* está inapelavelmente aberto à interpretação, que percorre as linhas da dispersão, da memória. (Sobre as questões de autoria e interpretação ver Orlandi, 1992 e 1996). E o texto, tal como a enunciação, não diz respeito à situação. A situação como entidade empírica não organiza nada no texto. (Guimarães, 1995, 65)

Analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise

da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, o melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos. Como se vê, para mim, o acontecimento é o objeto específico a analisar e não uma circunstância que se acresce ou modifica o funcionamento da linguagem.

1. Reescritura e Textualidade

Para precisar melhor esta posição começo por retomar e, em certa medida, refazer minha análise (Guimarães, 1991) do *os* no texto da Constituição do Império do Brasil na seqüência

[1] "São cidadãos Brasileiros

lo. *Os* que no Brasil tiveram nascido..."

Esta análise mostra pelo menos duas possibilidades de interpretação do *os*: uma anafórica e outra dêitica [ver *Língua e Cidadania*, p. 39-40]. Ela mostra, embora eu não o tenha dito naquele momento, como, ao estabelecer um ponto de interpretação no texto relativamente a outro ponto do texto, o que se tem é uma falta de relação unívoca entre estes dois pontos.

Considero, então, que procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva² do sentido próprios da textualidade. O que significa dizer que não há texto sem o processo de deriva de sentidos. Esta deriva enunciativa incessante é que constitui o texto. O interessante desta deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdade. Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra, o sentido está em movimento e constitui textualidade. Não há textualidade sem deriva de sentido. O procedimento de deriva da textualidade faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si.

O que pretendo dizer é que os procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade é efeito desta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita por uma posição de autoria.

Esta reescrituração trabalha também insistentemente a tensão entre o parafrástico e o polissêmico³ na linguagem. Voltar ao dito para continuar dizendo, ou apontar um futuro do dizer, sem ainda ter dito, dá ao sujeito, pela própria injunção à reescrituração, o lugar de seu trabalho sobre o mesmo que o apreende e que ele refaz ao parafrasear, já que a paráfrase é tensionada pelo polissêmico.

O processo de reescritura pode parafrasear ou escandir uma sequência para estabelecer um ponto de identificação/correspondência. Por exemplo em

[1] "São cidadãos brasileiros

lo. *Os* que no Brasil tiveram nascido..."

O *os*, na leitura anafórica escande a sequência para produzir uma identificação (paráfrase) do *os* com *cidadãos*, e na leitura dêitica parafraseia *cidadãos brasileiros* por *pessoas nascidas no Brasil*. E nesta medida parafraseia *cidadãos* por *pessoas*. No primeiro caso faz funcionar no texto um pré-construído liberal do que seja cidadão. No segundo, faz funcionar um outro pré-construído, o da identificação do *cidadão* com o *indivíduo* (pessoa). Ou seja, a deixis não é uma remissão à situação, é, também, uma reescritura do dizer afetado pelo interdiscurso.

Em "Os cidadãos brasileiros que no Brasil tiveram nascido" o *os* retoma cidadãos, e brasileiro não é o nascido no Brasil. Brasileiro é o cidadão nascido no Brasil. Tem-se a construção de uma paráfrase para brasileiro em que cidadão predica brasileiro e exclui os escravos (predica os escravos com os sem geografia, etc.)

2. Uma Reescritura da Cidade

Para avançar a discussão sobre esta questão da reescritura como processo de textualização, vou utilizar aqui uma análise que faz parte de minha pesquisa no projeto "O Sentido Público no Espaço Urbano", desenvolvido no Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp. Vou então analisar o que *cidade* designa no texto "Terra Desaforada" publicado na seção *Cidades* da revista *Veja* de primeiro de outubro de 1997. Neste texto o sentido de *cidade* aparece na sua relação com o rural, não por uma separação especificada, mas por um funcionamento designativo que, como veremos, inclui o rural como remetido à cidade.

Procurarei ver como a interdiscursividade cruza o acontecimento desta enunciação analisando no texto: a) sua inclusão na seção *Cidades* da revista; b) o jogo designativo parafrástico entre *cidade*, *município*, *comarca* (aqui me interessa ver a substituição, no decorrer do texto, de uma palavra por outra).

A) O Texto na Seção *Cidades*

A matéria em questão aparece na seção *Cidades* da revista. Ou seja, a matéria é tomada por uma tipologia da revista, pré-existente, e que dirige o processo de produzir as matérias. Deste modo, pode-se dizer que há uma memória discursiva da revista que orienta a disposição e busca das matérias no seu interior. Assim, esta memória discursiva da revista significa a matéria pela atribuição de um pertencimento: o que aí se diz, diz-se a propósito de cidades. Enunciar este texto nesta seção é designar o que aí se diz como algo que é cidade. Preencher o espaço da matéria é reescrever cidades, título da seção.

A matéria "Terra Dasaforada" trata da questão do julgamento de José Rainha por acusação de ser o responsável pela morte de duas pessoas "provocadas pela invasão de uma fazenda em 1989"(p. 96,1c). Assim o que se significa pela secção nomeada Cidades traz o sentido de algo que a cidade inclui como um externo que dela faz parte (o rural: "invasão de uma fazenda").

Cidades inclui fazenda e todo um outro conjunto de designações que aparecem no próprio texto, como se pode ver em:

[2] "Pedro Canário progrediu.

Na beira da estrada, o comércio vende até papel para impressora a laser e aluga em vídeo os últimos lançamentos do cinema. A economia ainda é agrícola. Há um boi e meio por habitante. Mas nem 10% dos canarenses vivem no campo" (p. 97, 2c).

Em [2] "na beira da estrada, o comércio vende até papel para impressora a laser e aluga em vídeo os últimos lançamentos do cinema" é reescritura de "Pedro Canário progrediu" e, afirma progrediu. Ao contrário, "a economia ainda é agrícola. Há um boi e meio por habitante. Mas nem 10% dos canarenses vivem no campo", afirmação que se restringe pela operação do ainda, é reescritura de "Pedro Canário progrediu" para limitá-lo, para negá-lo.

Nesta medida agrícola está relacionado a, é reescritura de, campo, estrada. E enquanto reescritura da cidade a estrada é o percurso pelo campo como metonímia da cidade: o comércio, a informática, a tecnologia, a mídia. O campo, o agrícola é a criação de gado, que é parâmetro para medir a produção econômica em relação à população. Ao mesmo tempo, o campo é, em certo sentido, distinto da cidade: a seqüência distingue o campo (e assim o agrícola e a estrada) da cidade ao dizer "mas nem 10% dos canarenses vivem no campo" (p. 92, 2c). Aqui a operação enunciativa do *mas* opõe *campo* e *cidade*, ao mesmo tempo em que sustenta *Pedro Canário* como cidade que, enquanto tal, inclui tudo que está no campo, no qual cidade também está pelo que a estrada significa. E na medida em que opõe campo e cidade, o campo é paráfrase da limitação do progresso da cidade. Por outro lado, esta descrição sobre o rural (o campo) é parte da cidade enquanto parte de *Pedro Canário*, nome próprio da cidade sobre a qual é a reportagem. Para avançar na análise tomemos uma outra seqüência [3] "O júri de José Rainha Júnior condenou *Pedro Canário*. Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo tomou a decisão que pendia sobre *a cidade* desde junho..."(p. 96, la. col., *grifo meu*). Ou seja, a referência a uma cidade por seu nome próprio *Pedro Canário* ou pelo sintagma *a cidade* toma o agrícola, o campo, a estrada, atribuídos a *Pedro Canário* em [2], como parte da cidade. Em [3] funciona uma relação anafórica de substituição que faz *Pedro Canário* e *a cidade* se darem como paráfrases uma da outra.

Pelo próprio acontecimento enunciativo que estamos analisando, o que é agrícola, que é do campo, que está na estrada, é parte do que constitui os sentidos de *cidade*. Esta pertença se constitui tanto pela inclusão do texto na secção *Cidades* da revista quanto pelas determinações que o texto constitui para *cidade* e *campo* e agrícola, por exemplo.

B) O Jogo Designativo Parafrástico

Esta inclusão do campo na cidade tem um processo um pouco mais complexo de constituição. Não se trata só e diretamente de uma construção do presente do acontecimento. Para o que acabamos de dizer estamos como que privilegiando para o sentido de *cidade* as determinações que o texto enquanto interioridade lhe confere. Mas se consideramos a questão da palavra *cidades* como nome da secção da revista temos que considerar que ela aí significa, também, e decisivamente, como uma memória que faz tanto esta quanto outras designações funcionarem. Para avançar na reflexão procuraremos observar outros enunciados no texto e sua constituição enunciativa.

A matéria da revista coloca no seu início, como sub-título:

[4] "*Pedro Canário, famosa por condenar Rainha, perde a chance de julgá-lo pela segunda vez*" (p. 96)

E logo no início do corpo do texto diz, tal como colocado há pouco

[5] "Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo tomou a decisão que pendia sobre a cidade desde junho, quando naquela comarca o militante do movimento dos Sem-Terra, MST, foi sentenciado a 26 anos e meio de prisão" (p. 96, lc)

A interpretação deste enunciado predica de *Pedro Canário* que ela é uma cidade. Um pouco mais à frente no texto *Pedro Canário* é referida de outro modo:

[6] "Encaixado na divisa com a Bahia, o *município* tem 22.000 habitantes".

Enunciado cuja interpretação predica de *Pedro Canário* que ele é um *município*.

Assim, pelo mecanismo de parafraseamento da formulação, *Pedro Canário* é a cidade famosa e o *município encaixado* na divisa com a Bahia. É interessante ver aqui a força da sintaxe como parte da diferença de *Pedro Canário* como cidade (ela é cidade) e como município (ele é município). Como se pode parafrasear *Pedro Canário é cidade* por *Pedro Canário é município*. Pela presença da língua e do interdiscurso no acontecimento. A formulação enunciativa torna cidade paráfrase de município porque a reescrituração de cidade por município, na medida em que ambas reescrevem *Pedro Canário*, se dá porque o interdiscurso não funciona por oposição. Assim a memória que faz cidade significar "cidade" e município, "município" é trabalhada, no acontecimento, por uma memória que, pela reescrituração, indistingue os discursos jurídico e cotidiano, pela dominância do segundo sobre o primeiro.⁴

Em outras palavras, como as colocações de E. Orlandi⁵ já mostraram, se há uma identidade na paráfrase, há, também, uma diferença: tanto cidade quanto município referem o que *Pedro Canário* refere. Mas se esta afirmação se sustenta, ela se sustenta porque a diferença existe. Ou seja, aquilo a que cidade e município referem é o mesmo, na medida em que referem a *Pedro Canário*. Mas, nesta mesma medida *Pedro Canário* não refere a mesma coisa caso seja predicado por cidade ou por município. Neste sentido, todo conjunto das referências é produzido pelo funcionamento enunciativo (interdiscurso/língua/acontecimento) e não por uma relação palavra(com seu sentido)/coisa.⁶

Está em funcionamento ao mesmo tempo uma tripla polissemia: de cidade de município e de *Pedro Canário*, o que leva também a afirmar a não univocidade do nome próprio.

Tomemos agora, para dar continuidade à análise da polissemia acima colocada, a relação entre os sentidos de cidade e município. Além das sequências já consideradas, observemos as legendas que aparecem sob as duas fotos de duas pessoas (*Pedro Canário* e *José Rainha*) na p. 97:

[7] "Notoriedade incômoda: fundada por *Pedro Canário* (acima à esq.), há cinquenta anos, a cidade tornou-se internacionalmente conhecida por causa do processo contra o líder dos sem-terra."

Aqui a cidade refere *Pedro Canário*, tal como em outra legenda à p. 100:

[8] "Nunes: em trinta anos, a cidade saiu do mato e entrou em decadência."

É interessante ver que em nenhum dos destaques produzidos pelas legendas aparece a palavra município. Pode-se, então, dizer que cidade refere também a mesma extensão que município refere, na medida em que o que se refere nos dois casos é também referido por *Pedro Canário*. E por isso mesmo é preciso atentar para a diferença entre cidade e município que, como vimos, predica diferentemente *Pedro Canário*. Mas vejamos uma outra sequência:

[9] "No inquérito, os lavradores entoam uma ladainha: haviam caído na conversa de que 3 alqueires esperavam por cada sem-terra em *Pedro Canário*, numa fazenda previamente desapropriada pelo Incra." (p. 98, 3c)

Aqui *Pedro Canário* inclui fazenda, inclui terras que estão remetidas ao Incra. E a polissemia de *Pedro Canário* operando. Aqui *Pedro Canário* é o município ou a cidade? De um certo modo as duas coisas: é a cidade que inclui o campo e é o município. E a cidade enquanto município.

Pode-se dizer que o funcionamento desta polissemia se explica se consideramos que a língua tem como memória do interdiscurso o sentido de cidade como o nome que designa os espaços político-institucionais como fundamentalmente urbanos, enquanto o sentido de município designa estes espaços político-institucionais como unidades mínimas administrativas do Estado e dos estados. Da mesma maneira que se pode dizer que comarca, na sequência utilizada anteriormente (sequência [5]), significa estes espaços político-institucionais como unidades jurídicas da federação. Se cidade é o espaço

político-administrativo urbano, é aqui, discursivamente, pelo que já dissemos antes, o espaço que significa o rural como parte do urbano. Por isso a referência de *cidade* e *município*, mesmo que se mostre estabilizada pela relação com o nome próprio *Pedro Canário*, só se dá como estável por esta relação simbólica, ou seja, de sentido, que, ao mesmo tempo, marca a sua polissemia, inclusive do nome próprio.

Por outro lado, *município* e *cidade* referem "o mesmo" que *Pedro Canário* em virtude da interpretação anafórica que se faz deste acontecimento enunciativo. Interpretação que se dá não porque haja uma remissão mecânica/inquestionável interna de um termo a outro no fio do texto, mas porque há uma memória do dizer que movimenta a possibilidade da interpretação anafórica. Ou seja, é de uma posição de sujeito no interdiscurso que se faz a interpretação anafórica que, ao se fazer, produz historicamente sentidos.

Não há, como uma abordagem estruturalista diria, hiperonímia, uma relação na língua. Há sentidos de palavras constituídos por discursos diferentes. O discurso da imprensa constitui, no caso, um texto cruzando os discursos jurídico e administrativo do Estado.

Para mostrar a consistência desta análise, retomemos uma seqüência já utilizada acima, acrescida de um enunciado:

[10] "Encaixado na divisa com a Bahia, o município tem 22.000 habitantes. O MST prometia invadi-lo com 15.000 manifestantes no dia do julgamento" (p. 96 2c) Neste caso "invadir o município" é paráfrase de "invadir a cidade", e cidade não refere a mesma extensão que município. Só enquanto invasão da cidade, enquanto parte do município, a invasão seria uma invasão para o julgamento. Embora esta invasão seja uma invasão do município enquanto invasão de suas terras, referência ao MST. Invasão de terras que é, enquanto tal, invasão da cidade para o julgamento. E neste sentido é também invasão da *comarca*, que marca aqui o jurídico no discurso jornalístico.

Do ponto de vista do que nos propusemos, a análise feita mostra que, embora não se possa estabelecer uma relação de oposição bem definida entre o funcionamento designativo destas palavras (*cidade*, *município*, e mesmo *comarca*), pode-se ver como, no texto em questão, o discurso da cidade é o lugar de organização do discurso sobre o campo, sobre o município e sobre a comarca. O urbano é o lugar da configuração da administração e da lei. A cidade expande-se enunciativamente para fora de si, enquanto "espaço" político e jurídico.

CONCLUSÃO

O que podemos dizer para concluir é que a textualidade constitui-se exatamente porque dizer é reescrever um dito. De tal modo que este incessante parafraseamento se faz como a constituição do polissêmico nestes pontos de identificação. Este redizer, como o dizer de correspondências, é inevitavelmente o dizer de uma não correspondência. Assim, o lugar da autoria, que é o lugar da construção da representação do homogêneo que faz texto, é, exatamente, o lugar da significação da diferença. A autoria é a posição da qual se diz que os diferentes constituem o mesmo. Mas, nesta medida, esta posição é a que constitui os pontos de dispersão que produzem sentido e exigem interpretação.

A posição-autor, que constitui texto, imobiliza, no plano da formulação, o que de fato se movimenta pelo interdiscurso, de um lado, e pela impossibilidade, nesta mesma medida, de que as operações de reescritura sejam operações de identificação ou mesmo de simples correspondência. Reescrever é efeito da exposição do dizer à materialidade do real (*Pedro Canário*, *cidade*, *município*, *comarca*). Exposição própria ao acontecimento, efeito do presente sobre a memória. E é isto que faz texto.

Bibliografia

GUIMARÃES, E. (1991) "Os Sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil". Língua e Cidadania. Campinas, Pontes, 1996
GUIMARÃES, E. (1995) Os Limites do Sentido. Campinas, Pontes. GREIMAS, A. (1966) Semântica Estrutural. São Paulo, Cultrix, 1973. HALLIDAY, M. e HASAN (1973) Cohesion in Spoken and Written English. Longman, Londres.

ORLANDI, E.P. (1976) "Protagonistas do/no Discurso". Foco e Pressuposição. Uberaba, Fista, 1978. ORLANDI, E. (1992) As Formas do Silêncio. Campinas, Editora da Unicamp.
ORLANDI, E. (1996) Interpretação. Petrópolis, Vozes. ORLANDI, E.P. e GUIMARÃES, E. (1988) "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito". Cadernos PUC, 31
PÊCHEUX, M. (1983) Discurso: Estrutura ou Acontecimento? Trad. bras. Campinas, Pontes, 1990.
SERRANI, S. (1993) A Linguagem na pesquisa sócio cultural. *Campinas, Ed. Unicamp.*

Nota

1 Esta posição já se encontra formulada em Orlandi e Guimarães (1988).

2 A palavra deriva deve ser tomada no sentido que lhe deu Pêcheux, 1983, em Discurso. Estrutura ou Acontecimento. Um sentido pode sempre torn^{^-}se outro, f CL?"-1-

3 Sobre a tensão entre paráfrase e polissemia ver Orlandi (entre outros, 1976, 1992)

4 Sobre esta questão da paráfrase veja-se como Serrani considera aquilo que ela chama "ressonância" (Serrani, 1993).

5 Isto pode ser visto na sua produção desde seu texto "Protagonista do/no Discurso" (Orlandi, 1976).

6 Esta posição se distancia, assim, daquelas que se dão na linha das formulações fregeanas.

JANELAS DA CIDADE: OUTDOORS E EFEITOS DE SENTIDO

*José Horta Nunes**

Vamos efetuar algumas reflexões a respeito da produção de sentidos na cidade através de *outdoors*. Para isso, faremos algumas considerações sobre a forma material desse texto. Questionamo-nos sobre a textualidade do outdoor e sobre o lugar que ele ocupa na cidade enquanto forma simbólica. Em seguida, apresentaremos a análise de um outdoor veiculado em outubro de 1998, durante a campanha eleitoral para presidente da República no Brasil. O objetivo é explicitar de que modo o outdoor produz efeitos de sentido no espaço público. Este trabalho faz parte do projeto *O Sentido Público no Espaço Urbano*, que visa compreender, através da metodologia da Análise de Discurso, diversas práticas significativas próprias do contexto urbano.



Outdoor e atividades de comércio no espaço público

1) O outdoor e a cidade

Em trabalhos anteriores², tenho refletido sobre o modo como manifestações escritas produzem sentidos no espaço público. Textos como outdoors, faixas, pichações, panfletos, circulam de modo específico na cidade. Para compreender os processos de significação engendrados por essas manifestações, realizamos um estudo das condições de sua produção. Propomos fazer aqui uma breve reflexão sobre a historicidade urbana desses textos, ou seja, sobre o modo como eles se inscrevem historicamente nas situações citadinas. Estaremos objetivando sobretudo a materialidade do texto e o seu modo de circulação no espaço público.

Pensar na materialidade do outdoor conduz a considerar a relação do texto com a cidade. Abordamos essa relação localizando-a na história. A exposição pública e textos é uma marca que indica mudanças no modo como o simbólico está resente no urbano. Podemos remeter essas mudanças a certos fatores históricos. A passagem da cidade medieval à cidade burguesa, as fronteiras urbanas se modificam. O interesse pela circulação dos bens entre as cidades leva ao compimento de seus limites físicos. Caem as muralhas medievais: as cidades se expõem ao seu exterior. Ao mesmo tempo, o interior da cidade também sofre modificações. Como mostra Sennet (1997), o homem de negócios, o burguês, individualista, separa-se da caridade cristã e apossa-se do espaço urbano para exercer atividades de compra e venda. Aos lugares da caridade cristã se superpõem regiões de atividades comerciais. Construções arquitetônicas permitem expor objetos de comércio, levando à formação de zonas econômicas. O espaço fechado se rompe, as construções se abrem para as ruas. Essas mudanças arquitetônicas a que Sennet se refere transformam também, a nosso ver, o lugar da linguagem, do simbólico, na cidade. Os textos passam a ser exibidos, publicados, vendidos; eles passam a circular nas ruas, nos bares, nos espaços públicos. Nos teóricos de Port Royai, em meados do século XVII, a linguagem é a *expressão* do pensamento, o sujeito abrindo-se, expondo-se através dela. E ao se expor, a linguagem se torna objeto de crítica. Segundo Foucault, desde a Idade Clássica, comentário e crítica se opõem profundamente: "Falando da linguagem em termos de representações e de verdade, a crítica a julga e a profana" (Foucault 1966:95). Essa passagem apontada por Foucault pode ser remetida à constituição histórica dos espaços públicos enquanto espaços discursivos. O lugar do simbólico, assim, atravessa os limites da cidade e dos sujeitos. Com a abertura das cidades, as fronteiras simbólicas ganham espaço. As portas de sujeito, os segredos da confissão dão lugar à voz pública, que se abre para a exposição e para as críticas.

Os outdoors talvez representem hoje uma das marcas mais flagrantes dessa exposição do simbólico. De um lado, o suporte material do texto, intervindo na arquitetura da cidade. De outro, a forma lingüística do slogan, representando subjetividades públicas. Espaço e língua se materializam compondo objetos do cenário urbano. Estes objetos funcionam como paisagens inscritas no corpo da cidade, compondo portais, janelas, muros, telas suspensas. Os outdoors espacializam a linguagem na cidade¹. Eles materializam nela o simbólico como paisagem, estabelecendo assim lugares de significação. Ocupam lugares de

passagem: fronteiras, como nas saídas/ entradas de cidades; percursos, como nas vias públicas. Para quem sai da cidade, eles se sobrepõem ao campo; para quem entra, se sobrepõem à própria cidade: fazem sombra ao mesmo tempo em que projetam nela. Cobrem espaços vazios, apagam o lugar da habitação, evocam um alhures. A cidade se preenche de telas.

Marcas como estas levam a repensar o lugar da arquitetura. De acordo com Peixoto (1996), ocorrem atualmente mudanças no modo de organizar o espaço citadino, que conduzem a uma crise da noção de dimensão:

"Entramos numa era pós-arquitetônica. A capacidade tradicional de organizar o espaço e o tempo entra em conflito com o poder dos meios de comunicação. A delimitação das superfícies é substituída pelo contato instantâneo da interface. No vórtice desse processo, a crise da noção de dimensão, engendrando um outro espaço: a tela tornou-se o lugar. As três dimensões do espaço construído são transferidas para as duas dimensões da tela. A arquitetura torna-se superficial." (p. 520)

O outdoor representa bem o esse lugar da tela, de duas dimensões, superficial, que se sobrepõe ao espaço tridimensional. Assim como a tela de TV, trata-se de um espaço sem profundidade. E essa tela intervém na escala da cidade. Ainda segundo Peixoto, a arquitetura explora diferentemente o lugar da escala. Não se trata mais de organizar o espaço como uma função, tendo em vista considerações econômicas, utilitárias ou estéticas. Com isso, dois aspectos formais são desnaturados: o eixo deixa de pretender controlar o território e o percurso deixa de pressupor uma narrativa. Poderíamos acrescentar nesse ponto que da narrativa passa-se ao slogan. Ademais ao invés da escala monumental, trabalha-se a variação das escalas, a partir de diversos pontos de vistas. As *folios* são um exemplo de intervenção arquitetônica desse tipo. São tramas que distribuem um número infinito de elementos nos espaços que elas constituem. Configura-se assim uma "arquitetura do entre", do intervalo, dos limites, do espaço entre fronteiras. Trata-se também de uma "arquitetura do acontecimento", o evento estando contido no próprio dispositivo da arquitetura.

Essas considerações sobre a arquitetura nos permitem tratar de elementos formais do texto outdoor. Pensamos assim os outdoors como acontecimentos que trabalham os limites formais da cidade produzindo discursividades. Inserindo-se no espaço polifônico da cidade, eles produzem deslocamentos de sentido, eles trabalham na história as contradições do espaço urbano. Pelo que temos visto até aqui, o outdoor está ligado, por um lado, à criação de espaços econômicos na cidade, com a disseminação de atividades de comércio e com a exposição pública da linguagem. Por outro lado, ele se tornou um modo de intervenção no espaço citadino, intervenção ao mesmo tempo arquitetônica e lingüística, e cuja dimensão discursiva abordaremos mais detidamente em seguida.

2) O slogan: sujeito, acontecimento, memória

Se, no aspecto arquitetônico, o outdoor pode ser associado à *tela*, no aspecto linguageiro ele pode ser remetido ao *slogan*. Construído através de frases feitas, estereótipos, expressões idiomáticas, ditos populares, provérbios, frases de efeito, o slogan

atualiza memórias discursivas, reconfigurando-as. Vemos a memória como "um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos." (Pêcheux 1985). Consideramos, assim, os slogans como enunciados que, aparecendo como acontecimentos públicos, inscrevem-se na história produzindo efeitos de sentido.

Gostaria de ressaltar um ponto a fim de procurar compreender a historicidade dos slogans. Trata-se do estabelecimento de um lugar de reivindicação, de demanda, no interior do espaço público. Vimos que, com a formação de espaços econômicos, a linguagem, assim como os objetos de comércio, é exposta no meio urbano. Os outdoors frequentemente servem como vitrines para atividades comerciais. No campo político, por sua vez, eles constituem lugares de interpelação dos indivíduos em sujeitos: ei, você... compre isso, faça aquilo, vá ali, vote em mim, seja assim. O imperativo, assim como o afirmativo, da publicidade é uma marca da constituição do sujeito urbano, imerso num mundo de necessidades lógico-pragmáticas: se você é assim, você compra isso; você é assim, portanto você faz isso; este objeto é assim, então ele é a sua cara; acontece isso, logo você fará aquilo. As diversas formas de interpelação dos slogans condicionam a constituição ideológica dos sujeitos nas situações cotidianas. O lugar de enunciação que aí se estabelece tem a ver com a formação histórica do sujeito urbano enquanto sujeito político. Referindo-se à Revolução Francesa, em oposição ao Antigo Regime, Guilhaumou (1989) vê na emergência do ato de demanda, associado a um sujeito coletivo, a constituição de um espaço de cidadania:

"Exprimant, d'un contexte à l'autre, la supplication, la sollicitation ou l'exigence, l'acte de demander et le sujet collectif de la demande qui s'y associe (*nous*) instaurent la figure du citoyen comme figure concurrente du sujet d'Ancien Regime. L'espace de la citoyenneté est ainsi d'emblée défini sur sa périphérie, par l'horizon d'attente qu'il détermine, et en son centre, par l'acte de demande qui matérialise sa représentation active" (Guilhaumou 1989:13)

Constitui-se assim o lugar de um "nós" coletivo que se associa ao ato de demanda. Lugar que, consolidado na história, pode ser ocupado por várias posições. Quando pensamos os outdoors hoje, podemos mencionar: empresários, comerciantes, políticos, instituições públicas etc. Ao se colocar como discurso público, os slogans se apropriam desse lugar, constituído historicamente, para enunciar. Assim, os sujeitos se colocam como um "outro", como um "nós" da voz pública: o "povo", os "cidadãos", o "porta-voz". Forma legitimada de se expor na cena política e de intervir na memória social, forma esta em que joga a ilusão subjetiva da coletividade.

Vista como um acontecimento, a inserção de outdoors na cidade corresponde a fatos na história. São intervenções urbanas que produzem sentidos. Conforme Paul Henry, "não há 'fato' ou 'evento' histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. E nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso" (Henry, 1994:51). Considerar os outdoors na história conduz a pensar

como eles fazem sentido, como eles pedem interpretação; como, ao mesmo tempo, eles respondem a acontecimentos e produzem novos fatos a serem interpretados.

A circulação dos outdoors responde a acontecimentos ritualizados da sociedade: atividades rotineiras (compras, alimentação, lazer), comemorações (natal, dia dos pais, dia dos namorados etc), acontecimentos políticos (eleições, manifestações). Eles funcionam assim como um grande calendário desdobrado nas vias públicas, anunciando as coisas a fazer, as necessidades pragmáticas dos sujeitos, em determinadas situações, em determinadas épocas do ano. A análise do slogan conduz, portanto, a considerar o modo de organização dos rituais citadinos em redes de significação; a explicitar os acontecimentos, as instituições e as posições sociais envolvidas em sua enunciação; a considerar, ainda, o funcionamento lingüístico discursivo dos enunciados e o modo como eles operam na atualização de campos de memória.

3) Outdoor e acontecimento político: uma análise

Em época de eleições, as cidades se cobrem de outdoors veiculados por candidatos e partidos. Frequentemente tomada por anúncios comerciais, desta vez a cidade se despe do econômico e cede lugar ao político: a feira se transforma em arena. O acontecimento da eleição clama por sentidos e o espaço público se erige em lugar de embate. Vamos mostrar aqui uma breve análise de um outdoor exposto nas vias públicas da cidade de Campinas durante as eleições para presidente da República, em outubro de 1998. O outdoor é o seguinte: Outdoor veiculado durante campanha para eleição presidencial em outubro de 1998



Outdoor veiculado durante campanha para eleição presidencial em outubro de 1998

Partimos da seguinte questão: o que quer dizer *Brasil* no slogan "O Brasil não quer voltar atrás" do outdoor acima? Para responder a esta questão, efetuamos uma análise discursiva de tal enunciado, explicitando aí o funcionamento dessa palavra. Mobilizamos para a análise três pontos teóricos: primeiro, o conceito de *processo discursivo*; segundo, o funcionamento da nomeação, ou, para ser mais específico no caso, o funcionamento do *nome próprio*; terceiro, a relação entre *estrutura e acontecimento*.

Para a análise do discurso, as palavras não têm sentido em si. Elas só significam na medida em que podem ser substituídas por outras palavras ou expressões. Assim, é através das relações de substituição, paráfrase, sinonímia, etc, funcionando entre elementos lingüísticos em uma formação discursiva, que se procura compreender a produção de sentidos. O conceito de *processo discursivo*, em Pêcheux, designa o sistema dessas relações:

"A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos lingüísticos - "significantes" - em uma formação discursiva dada." (Pêcheux, 1995, p. 161)

Quais os saberes que intervêm no slogan acima para que ele produza sentido? Que relações de substituição se estabelecem quando se trabalha o acontecimento da eleição? Que discursos podem assim ser produzidos?

As relações de substituição são trabalhadas pelo analista em um batimento entre o acontecimento histórico e a estrutura da língua. Temos aqui, de um lado, o acontecimento da eleição presidencial no Brasil em outubro de 1998, com a propaganda política, os eleitores e a votação; de outro, a estrutura lingüística da seqüência. Está em jogo também o universo pragmático da eleição: o sim/não do voto, a adesão ou não do eleitor à campanha do candidato. Nesse contexto, o acontecimento da eleição é trabalhado pelo discurso publicitário, que interpela o eleitor enquanto sujeito político.

Vê-se que o eleitor não é representado individualmente no enunciado. Ele é apenas evocado através da designação de *Brasil*. A que se refere esse nome próprio? Os nomes próprios muitas vezes são utilizados em Lingüística para exemplificar o caso de uma referência bem-sucedida. Eles permitiriam a remissão exclusiva a uma coisa: um objeto (como um planeta), um indivíduo, um acontecimento. Nesse sentido, o nome próprio estaria livre de determinações, ele seria auto-suficiente para designar a coisa a que remete. Assim, Jakobson afirma que "a significação geral de um nome próprio não pode se definir fora de uma remissão ao código. No código do inglês, 'Jerry' significa uma pessoa chamada Jerry. A circularidade é evidente: o nome designa aquele que tem esse nome." (1963:177). Dessa perspectiva, *Brasil* estaria significando o país chamado Brasil. Estaríamos dentro da circularidade da nomeação. No entanto, uma perspectiva discursiva problematiza essa questão, levando adiante as possibilidades significantes do nome próprio. De acordo com Pêcheux, "se nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, devem necessariamente existir *termos que não sejam nomes próprios*, a partir dos quais, precisamente, os nomes próprios, ou antes, as expressões parafrásticas que lhes correspondem, possam ser construídos por determinação"

(Pêcheux, 1988:100). Deste modo, procedemos a uma análise das expressões parafrásticas que podem ser construídas em substituição ao nome próprio **Brasil** no enunciado em questão. E para isso trabalhamos o acontecimento da eleição como campo de possibilidades de formação de redes parafrásticas. Ainda conforme Pêcheux (1990:53), "todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação". As séries resultantes da análise não esgotam o acontecimento: se fosse o caso, este último seria absorvido pela rede parafrástica. Já que a história continua sempre reclamando sentidos, lidamos com a incompletude do sujeito na relação linguagem/mundo. O procedimento analítico que adotamos, ao realizar um vai-e-vem entre a estrutura da língua e o acontecimento, supõe que "através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados." (idem, p. 57). Feitas essas considerações teóricas, voltemos então à análise. **Brasil** pode estar significando no enunciado acima o conjunto de brasileiros e, como se trata de uma eleição, dos eleitores brasileiros. Nesse caso, tal designação funciona através de uma **metáfora** dos eleitores brasileiros (**Brasil - os brasileiros** ou **os eleitores brasileiros**). Assim, **Brasil** substitui **os eleitores brasileiros**; é uma interpretação explicativa do nome. Ao invés de se falar dos eleitores, fala-se do Brasil: um Brasil subjetivado, que tem uma vontade (**quer**), daí a ligação com os eleitores na situação iminente da votação. Se levamos adiante essa substituição, temos que os eleitores não querem voltar atrás (**voltar atrás** pode ser substituído aí por **se arrepender**). E se consideramos que esses eleitores votaram em **Fernando Henrique** e que na eleição em questão **Fernando Henrique** é candidato novamente, isso leva a afirmar que os eleitores votarão novamente em Fernando Henrique. Deste modo, toda a massa de eleitores está unida, firme, em movimento no bólido nacional que avança continuamente, com Fernando Henrique na presidência, sem voltar atrás. Para que essa interpretação funcione, intervêm os seguintes enunciados:

Interpretação (1):

1. Todos os eleitores formam uma entidade denominada *Brasil*.
2. Todos os eleitores (o Brasil) votaram em Fernando Henrique.
3. Todos os eleitores não querem voltar atrás com seu voto.
4. Todos os eleitores vão votar novamente em Fernando Henrique.

Em uma outra interpretação, *Brasil* não substitui *todos os eleitores* brasileiros, mas só *uma parte* deles. A designação funciona através de uma metonímia (*Brasil = uma parte dos brasileiros* ou *uma parte dos eleitores brasileiros*). *Brasil* substitui aí a uma parte dos eleitores, aqueles que não querem voltar atrás. É uma interpretação restritiva do nome. *Estes* eleitores votaram em Fernando Henrique e não se arrependeram - vão votar novamente em Fernando Henrique. Mas essa interpretação supõe um outro grupo de eleitores, que se opõe ao primeiro: alguns eleitores podem querer voltar atrás. Assim, de um lado haveria os

descontentes, que querem voltar atrás, que se arrependeram: estes não estão incluídos na designação de *Brasil*; de outro, haveria os que não querem voltar atrás: estes sim estão incluídos na designação de *Brasil*. Para que esta interpretação funcione intervêm então os seguintes enunciados:

Interpretação (2):

1. Uma parte (parte 1) dos eleitores forma uma entidade denominada *Brasil*
2. Esta parte (parte 1) dos eleitores votou em Fernando Henrique e não quer voltar atrás: votará novamente em Fernando Henrique.
3. Uma parte (parte 2) dos eleitores votou em Fernando Henrique mas quer voltar atrás: não votará em Fernando Henrique.
4. Esta parte (parte 2) dos eleitores brasileiros não está incluída na denominação de *Brasil*.

Note-se que essas duas interpretações supõem que os eleitores votaram em Fernando Henrique, isto é, supõe-se que o locutor do enunciado seja um desses eleitores. Caso se suponha, ao contrário, que há eleitores que não votaram em Fernando Henrique, pode-se admitir ainda uma outra interpretação, na qual o voto em Fernando Henrique seria uma insistência exterior: "eu" não faço parte desses "teimosos" que votaram em Fernando Henrique e não querem voltar atrás. E como voltar atrás, se nem se votou em Fernando Henrique? Esta interpretação funciona, portanto, somente através da designação por metonímia (*Brasil* = uma parte dos eleitores) e se sustenta nos seguintes enunciados:

Interpretação (3):

1. Uma parte dos eleitores forma uma entidade denominada *Brasil*.
2. Esta parte dos eleitores votou em Fernando Henrique e não quer voltar atrás: votará novamente em Fernando Henrique.
3. O locutor do enunciado não está entre os eleitores que votaram em Fernando Henrique
4. O locutor do enunciado não se inclui na designação de *Brasil*.

Estas interpretações conduzem a distintas imagens do Brasil enquanto país, enquanto Estado e enquanto conjunto de cidadãos envolvidos na história das eleições. Na primeira interpretação, o Brasil é visto como um conjunto homogeneizado de cidadãos, com a mesma história de eleitor (todos votaram em Fernando Henrique) e com a mesma intenção de voto (todos votarão novamente em Fernando Henrique). Governo, cidadãos e eleitores de Fernando Henrique estão em uma relação de sinonímia. Não há espaço para o outro como eleitor. Na segunda interpretação, os cidadãos continuam tendo a mesma história de eleitor (todos votaram em Fernando Henrique). No entanto, admitem-se eleitores com diferentes intenções de voto (alguns podem não querer votar novamente em Fernando Henrique). Dentre estes, só os que votam em Fernando Henrique se incluem entre os brasileiros. Na terceira interpretação, admite-se que os cidadãos tenham diferentes histórias de eleitor (alguns votaram em Fernando Henrique, o locutor não), mas novamente só se incluem entre os brasileiros os que votaram em Fernando Henrique: o locutor, ao se posicionar como um não eleitor de Fernando Henrique, é excluído da brasilidade.

Apontamentos finais

A reflexão sobre a forma material do outdoor e a análise lingüístico-discursiva de um deles nos levou a retornar ao procedimento analítico, a fim de salientar algumas tendências atuais em análise de discurso. Parece-nos que um dos pontos a serem desenvolvidos está na relação entre a imagem e o texto, entre o outdoor enquanto *tela* e enquanto *slogan*. Segundo Eni Orlandi (1995), muitas vezes reduz-se a questão da significação ao lingüístico, ou seja, ao fato de linguagem definido pela perspectiva da Lingüística. Apagam-se desse modo as diferenças entre o verbal e o não-verbal, submetendo-se o segundo ao primeiro. A Análise de Discurso propõe que se restitua a historicidade aos fatos de linguagem. Para isso, trabalha a noção de ***prática discursiva***: "Nessa noção, pode-se aproximar, no funcionamento das diferentes linguagens, aquilo que constitui uma relação produtiva na semelhança entre elas, e distinguir o que é lugar de particularidade irreduzível e de diferenças constitutivas da especificidade dos distintos processos significantes dessas diferentes linguagens." (idem, p. 46). Ao pensarmos, desta maneira, a produção de outdoors como uma prática discursiva, não visamos reduzir o não-verbal ao verbal, mas sim considerar o funcionamento das diferentes linguagens e o modo como elas se relacionam na produção de sentidos. A imagem pode servir ao analista como uma das marcas que permite restabelecer os implícitos, os préconstruídos, diante de um objeto de análise. Nesse sentido, ela funcionaria como um operador de memória1 nas situações discursivas. Assim, no outdoor que analisamos, o rosto do presidente envolto pelas formas da bandeira nacional, opera evocando um discurso nacional personalista, a figura do presidente coincidindo com o símbolo nacional. E se o acontecimento da eleição nos levou a substituir ***Brasil*** por ***eleitores brasileiros***, a imagem nos levou a substituir ***Brasil*** por ***Fernando Henrique Cardoso***. Isso reforça a interpretação (1) acima, segundo a qual o governo, representado pela figura do presidente, coincide com o lugar dos eleitores brasileiros.

Vimos que a historicidade de textos como os outdoors tem a ver com a exposição pública da linguagem, que é também uma exposição dos sujeitos. Se o sujeito se expõe, ele se torna objeto de críticas. Na seqüência dessa abertura do sujeito, podemos indicar, na segunda metade do século XIX, sua divisão. Depois de exposto, o sujeito passa a ser analisado. Com os trabalhos de Freud e a descoberta do inconsciente, o sujeito exposto perde a unidade e se divide. A Análise de Discurso, trabalhando com uma concepção psicanalítica/ideológica do sujeito, considera essa divisão na abordagem dos textos. De acordo com Orlandi e Guimarães (1988), "o texto é uma dispersão do sujeito". No caso dos outdoors, essa dispersão pode ser remetida às circunstâncias da cidade. Assim, o slogan funciona produzindo efeitos de subjetividade no espaço urbano. Nossa análise mostrou alguns pontos de dispersão dos sujeitos: a figura de Fernando Henrique se dividindo em presidente da República, candidato à reeleição e símbolo de nacionalidade. Além disso, a denominação de ***Brasil***, lida por um eleitor do candidato em questão ou por um não-partidário de sua candidatura, produz diferentes discursos. O efeito de subjetividade passa nessas interpretações por distintas representações, coletivas ou não, dos eleitores (*todos os eleitores, uma parte dos eleitores, um*

eleitor etc). Estar atento à dispersão do sujeito implica, como temos visto, em levar em conta os diferentes efeitos de sociedade que se produzem através dos fatos de linguagem.

Bibliografia

FOUCAULT Michel. (1966), *Les mots et les choses*, Gallimard, Paris.

GUILHAUMOU Jacques. (1989), *La langue politique et la Révolution Française*, Méridiens Klincksieck, Paris. GUIMARÃES E. & ORLANDI

E. P. (1988), "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito", in *Discurso e leitura*, Cortez/Editora da Unicamp, Campinas. JAKOBSON, Roman. (1963), *Essais de linguistique générale*, Les Éditions de Minuit, Paris.

MONDADA Lorenza. (1994), Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir, *Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lausanne, Lausanne*. ORLANDI Eni. (1995) Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal, Rua, *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, n° 1, março de 1995, Campinas*.

PECHEUX Michel. (1985), "Rôle de la mémoire", in P. Achard, M.-P. Gruenais, D. Jaulin (eds), *Histoire et linguistique*, Editions du CNRS, Paris, p. 261-267.

PECHEUX Michel. (1995), *Semântica e discurso*, Editora da Unicamp, Campinas.

PEIXOTO Nelson Brissac. (1996), "Cidades Desmedidas", in *A crise da razão, São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte*.

SENNETT Richard. (1997) *Carne e Pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental*, Editora Record, Rio de Janeiro-São Paulo.

Nota

1 Projeto Temático apoiado pela FAPESP, n° 96/4136-7

2 Ver J. H. Nunes ("Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade", in *A leitura e os leitores*, Pontes, Campinas, 1998 e "A leitura no espaço urbano: outdoors, faixas e pichações", inédito, Labeurb Nudecri/Unicamp, 1993).

3 Sobre uma discussão a respeito do lugar da imagem em relação à memória e ao discurso ver "Rôle de la mémoire", in P. Achard, M.-P. Gruenais, D. Jaulin (eds), *Histoire et linguistique*, Editions du CNRS, Paris, p. 261-267, 1985.

4 Sobre a relação entre linguagem e espaço, ver L. Mondada (*Verbalisation de l'espace et FABRICATION DU SAVOIR, UNIVERSITÉ DE LAUSANNE - FACULTÉ DES LETTRES, LAUSANNE, 1994*).